

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

VÂNIA MARTINS DE MELO

**Getúlio Vargas e o discurso desenvolvimentista
(1951-1954)**

**Uberlândia
2009**

3908 S.9(c)

VÂNIA MARTINS DE MELO

**Getúlio Vargas e o discurso desenvolvimentista
(1951-1954)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Dilma Andrade de Paula.

**Uberlândia
2009**

Getúlio Vargas e o discurso desenvolvimentista (1951-1954)

Vânia Martins de Melo

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula.

Uberlândia, 06 julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Dilma Andrade de Paula – Orientadora

Prof. Dr. Leandro José Nunes

Prof^a. MS. Renata Rastrelo e Silva

Uberlândia
2009

MELO, Vânia Martins de. 1984

Getúlio Vargas e o discurso desenvolvimentista (1951-1954)

Vânia Martins de Melo – Uberlândia, 2009

41fl

Orientadora: Dilma Andrade de Paula

Monografia (Bacharelado)- Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia

Palavras-chave: Estado, desenvolvimento, ideologia

Aos meus pais, pelo estímulo, pelo carinho e pela compreensão.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Departamento de História, pela oportunidade de realizar o curso.

À Prof.^a Dr.^a Dilma Andrade de Paula, a quem muito admiro, pela orientação séria, competente e dedicada.

Ao Prof. Dr. Leandro José Nunes e à Prof.^a MS. Renata Rastrelo e Silva, que se dispuseram a participar da Banca Examinadora.

E à minha família, que esteve presente, apoiando-me em todos os momentos.

RESUMO

O segundo governo Vargas (1951-1954), foi marcado por uma política de desenvolvimento no campo do petróleo, da siderurgia e da eletricidade. O Estado, naquele momento, se apresentou como formulador de um modelo de desenvolvimento do país. Examinei tal período utilizando as mensagens enviadas ao Congresso Nacional, o que permitiu perceber a ideologia desenvolvimentista e trazer à tona as mais significativas transformações no campo econômico, político e social por meio da problematização do discurso do presidente Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Estado, ideologia, desenvolvimento

SUMÁRIO

Introdução.....	9
I A política de desenvolvimento (1951-1954).....	14
II Política econômica e classes sociais.....	24
Considerações finais.....	39
Referências Bibliográficas.....	41
Fontes.....	43

INTRODUÇÃO

O recorte histórico dessa pesquisa é de 1951-1954, ou seja, o segundo governo de Getúlio D. Vargas. Na pesquisa, analisa-se o período apresentado pela historiografia como de consolidação do processo industrial no País.

O objetivo da pesquisa é por meio da problematização dos discursos de Getúlio Vargas, verificar os elementos tanto de mudanças, como de permanências, no que se refere à economia, à política e à sociedade do período. Embora se admita, na maioria das vezes, tratar-se de um governo empenhado com o desenvolvimento capitalista do Brasil, cabe analisar a quem beneficiava, como se desenvolveu a política econômica e, por fim, a própria ideologia daquele período.

Outra questão a ser analisada é o nacionalismo, sempre presente nos discursos do Presidente Vargas, o que pode ser verificado nos apelos emocionais à grandeza da pátria, de seu povo, de sua força. Assim, o efeito prático do nacionalismo foi o de criar condições de apoio às medidas para a industrialização e também incrementar a intervenção estatal na economia.

Recuperar a construção da memória sobre o segundo governo de Getúlio Vargas, passa também pela problematização de discursos produzidos durante esse governo. Assim, para se ter o entendimento do assunto, buscaram-se informações nas próprias mensagens enviadas ao Congresso Nacional, entre os anos de 1951 e 1954.

Com o patrocínio da Fundação Andrew W. Mellon, foi criado o *Latin American Microform Project* (LAMP) no *Center for Research Libraries* (CRL), com o objetivo de produzir imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre 1821 e 1993, e pelos governos das províncias até o fim do Império em 1889. O projeto proporciona acesso via *Internet* aos documentos, facilitando, assim, a sua utilização por pesquisadores¹.

Entende-se discurso não como um “aglomerado” de frases mas, em concordância com Fiorin (1990), como lugar do investimento ideológico, que está ligado à posição de classe do enunciador e do enunciatário, como lugar de produção de significações.

¹ VARGAS, Getúlio. Mensagem presidencial. Esses documentos oficiais dos órgãos de governo brasileiros foram organizados e disponibilizados pelo *Center for Research Libraries*, via *Internet*, no site [//brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm).

No entanto, a dimensão ideológica do discurso, como nos alerta Fiorin, não se dá estritamente no âmbito da combinação de signos mas, fundamentalmente, por meio de juízos subentendidos. É na escolha e no inter-relacionamento entre figuras e temas que a dimensão ideológica irrompe com força total. Assim, um mesmo valor, como, por exemplo, a liberdade, pode ser tematizado de formas diferentes, dependendo do enunciador, ser social ou detentor da ideologia de sua classe.

A validade do estudo do discurso passa pela afirmação da importância da ideologia e dos fatos políticos, ou seja, observa-se que, em cada momento histórico específico, os homens têm diferentes interpretações da realidade oferecendo propostas para conservá-la ou alterá-la. Ou, como afirma Marilena Chauí,

[...] a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, não é pré-conceito, nem pré-noção, mas é um “fato” social justamente porque é produzida pelas relações sociais, possuindo razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais (CHAUÍ, 1982, p. 30).

A produção da ideologia pode ser entendida, portanto, como ligada à preservação de uma dada estrutura de classes e à construção da História a partir da memorização de determinados fatos, relegando outros ao silêncio. Assim, a memória construída guarda certas informações como recursos para perpetuar determinados fenômenos e constituí-los como História. Jacques Le Goff, assim se refere à memória coletiva:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das preocupações das classes, dos indivíduos que dominam. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1984, p. 13).

Assim, observa-se que é próprio da ideologia reprimir a análise e a crítica, estabelecer o seu próprio viés interpretativo da realidade, recorrer a certezas e afirmações inquestionáveis, substituir os conceitos por imagens e reordenar a realidade segundo uma visão legitimadora do presente.

É por meio da universalização abstrata que a classe dominante oculta a divisão de classes como lugar de produção de ideia e transforma a sua ideia em ideia de todos.

O discurso ideológico é lacunar, pois não pode explicitar a sua origem. Sua coerência não se dá apesar dessas lacunas, mas graças a elas. A lógica de sua existência está no fato de não dizer tudo. Caso o fizesse não seria mais ideologia. Segundo Chauí (1982), sua função é:

[...] dar aos membros de sua sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção.

Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais ou indicadores para todos, como por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a nação ou Estado (CHAUÍ, 1982, p. 30),.

Nessa perspectiva, Marilena Chauí ajuda na compreensão, chamando a atenção para a importância para a análise do discurso, no sentido de estes serem pobres teoricamente, não desenvolvendo um raciocínio lógico e apresentando logo suas conclusões. Mas, ao mesmo tempo, tem grande eficiência prática, pois ao reduzir as problemáticas sociais e políticas a termos e situações de fácil compreensão e assimilação, estimula-se a ação.

E como se conseguiu sensibilizar milhões de eleitores? Nesse sentido, problematizando os discursos, como se verá no decorrer do trabalho, pode-se observar as figuras de linguagem usadas por Getúlio Vargas, quando se dirigia aos brasileiros usando expressões como: “Povo do meu Brasil...”, levando a pensar que aquela população era vista de forma homogênea, desconsiderando-se as diferenças sociais e os conflitos, ou seja, o que havia era uma substituição da noção de classe social pela de povo. Essa substituição surtia efeito, no sentido de aproximar o governo de seus eleitores. Mesmo porque não dá para esquecer, como foi interpretado por Sérgio Buarque de Holanda (1983), que o Brasil se estruturou a partir de uma sociedade patriarcal, baseada em relações pessoais, daí pode-se dizer, hipoteticamente, ser esse o motivo pelo qual expressões como “meu povo”, “nação una”, “Getúlio pai dos pobres”, são acatadas e aceitas pela população, que se reconheciam nesses discursos retribuindo com o voto.

Todavia, ao se dar relevância à ideologia (e ao discurso), destaca-se que ela possui uma lógica interna e influencia no curso histórico, mas de forma alguma deve ser confundida com outra proposição, que lhe imputa uma autonomia absoluta ou a assume como fator causador por excelência. Como já foi salientado, defende-se a possibilidade

de se reconstituir cientificamente uma totalidade, num estudo histórico, tendo-a como ponto de partida – o que não significa dizer que o discurso seja, em si, autoexplicável. Ele é uma percepção da realidade, uma das formas pelas quais os homens percebe a existência do real. Como manifestação da ideologia, o discurso não pode ser tratado como mero erro ou engano que falseia a realidade, pois é “resultado da própria ação social dos homens, da própria atividade material quando esta se separa deles, quando não pode controlá-la e são ameaçados e governados por ela” (CHAUÍ, 1980, p.80).

Contudo, esse fenômeno da conservação da validade das ideias e valores dos dominantes, mesmo quando se percebe a dominação e mesmo quando se luta contra a classe dominante para manter sua ideologia, é o que Antonio Gramsci denomina de “hegemonia”. Uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (isto é, o controle jurídico, político e policial da sociedade), mas ela é hegemônica, sobretudo porque, suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação (GRAMSCI, *apud* CHAUÍ, 1980, p. 110).

Seguindo Mario Stoppino (1995. p. 595), do ponto de vista de Karl Marx, a ideologia como falsa motivação insere-se explicitamente nas relações de dominação do homem sobre o homem. O que é falso não é o juízo de valor em si, mas a sua função de motivação e, por isso, a descrição (implícita) que faz a força motivante exclusiva ou principal da relação de poder. Por exemplo, em relação a um dado poder, o juízo de valor com base no qual “os chefes melhores são os que são eleitos pelo povo” não é nem verdadeiro nem falso. Verdadeira ou falsa é a representação (implícita) segundo a qual “a crença na legitimidade democrática do poder é a motivação dominante ou exclusiva dos comportamentos de comando e de obediência”.

Assim, é nesse contexto que o pensamento político de Getúlio Vargas é estudado neste trabalho, mas não se concebe apenas a figura de Vargas como transformadora dos acontecimentos, mas vinculada às próprias forças políticas que o sustentaram ou a ele se opuseram.

Para o embasamento desse trabalho foram utilizados livros, teses, dissertações e as mensagens da presidência da república enviadas ao Congresso Nacional no período de 1951-1954.

O trabalho está organizado em dois capítulos: o primeiro, “A política de desenvolvimento (1951-1954)”, demonstra como se estruturou a política de desenvolvimento entre os anos de 1951-1954, a discussão do processo de

industrialização e a aliança entre os industriais e o Estado, a partir da criação de novas arenas formuladoras de política econômica. O segundo, “Política econômica e classes sociais”, procura demonstrar, a partir das mensagens enviadas ao Congresso Nacional, apresentadas pelo Presidente, o direcionamento das bases da industrialização, o papel da política econômica com a articulação entre os capitais privado nacional, estatal e estrangeiro e a criação de projetos como a Petrobras. E por último, analisa-se a relação entre Vargas e os trabalhadores, que se reveste de importância ímpar naquele contexto histórico.

CAPÍTULO I

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO (1951-1954)

O segundo período de governo do Presidente Getúlio Vargas foi marcado pelo pensamento econômico engajado na discussão do processo da industrialização brasileira, tendo como conceito-chave o

[...]desenvolvimentismo”, entendendo por desenvolvimentismo a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização como forma de superar o atraso econômico e a pobreza brasileiros, e pela retomada da orientação nacionalista cuja expressão maior foi a luta para a implantação do monopólio estatal sobre o petróleo, com a criação da Petrobras e pela progressiva radicalização política (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 77).

É possível distinguir duas correntes de economistas que almejavam o desenvolvimento do País nesse período, cujos objetivos se fundamentavam em planejar a economia de forma a alcançar um capitalismo industrial moderno. No setor público havia duas posições desenvolvimentistas em relação à intervenção estatal, ou seja, os economistas denominados “não nacionalistas”, que apoiavam soluções privadas, de entrada de capital estrangeiro para o desenvolvimento de projetos no setor industrial rejeitando a intervenção do Estado, e os “nacionalistas” que eram favoráveis à estatização de setores de mineração, transporte, energia e outros serviços públicos como a indústria de base (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 250-253).

Retomando algumas das políticas que caracterizaram seu período anterior, mas ajustando-as agora ao contexto internacional da Guerra Fria e aos movimentos sociais internos (a campanha o “Petróleo é Nosso”, greves operárias nos centros industriais, movimentos camponeses), Getúlio se propôs a lutar pela independência econômica do País. Sua plataforma supunha o incentivo à produção industrial e a resolução do problema energético, propostas que iriam exigir decisões concretas sobre o papel do Estado, como propulsor e empresário do desenvolvimento.

Fazendo uma análise do período de 1930-1945, sobre o pensamento econômico, o que se pode deduzir é que, nesse período, já havia um projeto de desenvolvimento, mesmo que não de forma articulada. Surgem elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista, criando-se a consciência de que é necessário implantar no País um setor industrial integrado, tendo a necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros e, paralelamente, a ideia de que o Estado é o promotor da unificação nacional. Para uma análise do crescimento industrial, entre os

anos de 1932-1939, a produção industrial cresceu a uma taxa média de 10% ao ano, contra menos de 10% da produção agrícola, os dados servem para demonstrar a transformação na estrutura econômica brasileira (BIELSCHOWSKY, 2000).

Do final de 1949 aos primeiros meses de 1950, definiu-se o quadro sucessório. Vargas candidatou-se à presidência pelo PTB² tendo como vice Café Filho, do PSP (Partido Social Progressista). O PSD³ lançou o mineiro Cristiano Machado, em composição com o PR (Partido da República) e com o pequeno PST (Partido Social Trabalhista); e a UDN⁴ ficou em torno do nome de Eduardo Gomes, com o apoio do Partido Libertador (PL) e do partido de Representação Popular (PRP), de Plínio Salgado, finalmente, o Partido Socialista Brasileiro, lançou João Mangabeira (FGV, 1950).

Os discursos da campanha presidencial, nas eleições de 1950 seguiram, de modo geral, a mesma linha dos proferidos na campanha de 1947. Como em qualquer campanha, era preciso “vender” o candidato, nesse caso, ressaltando suas qualidades pessoais e seus feitos no seu primeiro governo, a fim de conquistar aqueles que não viam com bons olhos a volta do ditador ao poder. Com esse objetivo, várias marchinhas, hinos e filmes foram apresentados.⁵ Mais uma vez adaptados às características econômicas e políticas do local visitado, em, praticamente, todos os seus discursos houve referências ao seu período presidencial anterior, principalmente às suas obras, ou seja, seu governo anterior era usado como propaganda.

Ademais, no decorrer da campanha, a despeito da retórica, notam-se profundos vínculos entre o conteúdo programático do partido e as ideias abraçadas por Vargas. Exatamente os dois pontos mais nítidos do programa petebista, desenvolvimentismo e legislação social, foram os mais pregados. Em suas linhas básicas, os discursos evidenciam seus compromissos com a burguesia industrial e, de forma menos evidente, com a burguesia agrária (FONSECA, 1999, p. 346).

² Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de âmbito nacional fundado no Rio de Janeiro, no dia 15 de maio de 1945, e extinto em outubro de 1965 em decorrência da aplicação do Ato Institucional nº2.

³ Partido Social Democrático (PSD), partido político de âmbito nacional fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Contribuiu decisivamente para a eleição de Getúlio Vargas em 1950.

⁴ União Democrática Nacional (UDN), fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião”, contra a ditadura estadonovista e essencialmente pela oposição a Getúlio Vargas.

⁵ Fonte: Portal CPDOC- Navegando na História. Filme: E ele voltará- produção de Aristeu Santana- 1950, 40 min. (Arquivo Getúlio Vargas- GV filme 005). Hinos: Gêge. compositores: Claribaldo Passos e Antônio Valentim dos Santos. Rio de Janeiro, 1950. (Arquivos Getúlio Vargas- GV disco 016).

Durante a campanha, Vargas pregou exaustivamente o planejamento e a necessidade de o Estado intervir diretamente na economia, em setores de infraestrutura, e estimular as indústrias de base. Propôs como prioridades a eletrificação, e a necessidade de encontrar petróleo no País, o que mais tarde transformaria em verdadeira campanha nacional em seu governo.

Vargas diferia dos outros candidatos, por apresentar um conjunto de propostas com relativa clareza e coerência e abordando temas econômicos e sociais, em vez dos estritamente políticos e institucionais. Evitou destacar a vocação agrícola do Brasil, sempre capaz de atrair votos, empenhando-se em conquistar os eleitores urbanos. Isso não quer dizer que tenha havido um esquecimento da agricultura durante a campanha, apenas nota-se uma frequência menor de sua menção nos discursos.

Assim, tratava a agricultura como sendo de dois tipos: primeiro, como voltada ao mercado interno e segundo, como destinada às exportações. A primeira mereceria sua proteção, caso fosse eleito, para baratear os alimentos e balancear a alta do custo de vida; a segunda, por fornecer divisas necessárias à importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos necessários à implementação do programa desenvolvimentista. Dessa forma, por qualquer dos lados, a agricultura não se justificava em si mesma, mas por seus laços com a indústria. Entre esta e o setor primário, repetia, não havia qualquer contradição:

E, com base indispensável a qualquer trabalho sério, amparar e estimular a produção agropecuária sem a qual é vã e perniciosa qualquer veleidade de industrialização. Mesmo porque, sem os recursos da técnica moderna não é possível aumentar a produção individual do nosso homem do campo, de modo a libertar braços para a indústria. Impõem-se fortalecer a atividade agrícola, pagando preços compensadores, fixando-se o homem ao campo e, assim, criar um vasto mercado interno, com capacidade aquisitiva suficiente para absorver os produtos da indústria nacional cada vez melhores e mais numerosos (VARGAS, 1951, p. 29)

Torna-se claro por que a prioridade industrial não se opunha à proteção à agricultura, mesmo porque esta deveria complementar a primeira, ou melhor, suas funções econômicas deveriam torná-la capaz de harmonizar-se com o crescimento industrial. Assim, cabia a ela não só fornecer gêneros alimentares e matérias-primas mais baratas à cidade, como levar os produtos industriais ao campo, modernizando-o. Embora fossem ações contraditórias, propunha-se, ao mesmo tempo, a fixação do homem no campo e a liberação de mão-de-obra deste para a cidade. Tais ações, mesmo

que conflituosas à primeira vista, revelam o desejo de, concomitantemente, ampliar o mercado interno e diminuir o custo de reprodução da força de trabalho.

Em termos concretos, prometeu à agricultura preços mínimos e financiamentos, propôs construir um Banco Rural para conceder empréstimos a longos prazos e a juros módicos; esse banco deveria atuar conjuntamente com a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, antes criada por iniciativa do próprio Vargas. Assim, mesmo sem ser por excelência o candidato “da agricultura”, Vargas propunha a ela determinadas vantagens capazes de atrair importantes setores rurais (BRANDI, 1985).

Fazendo um balanço dos discursos de Vargas durante a campanha presidencial, conclui-se em sua campanha o caráter desenvolvimentista, pró-industrial e urbano, e a defesa do fortalecimento do Estado e do planejamento, ambos entendidos como pré-requisitos para a modernização e para o crescimento econômico “harmônico”. Nessa linha, declara sua disposição de criar o Ministério da Economia, reunindo os departamentos dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, da Fazenda e da Agricultura em um único órgão capaz de formular políticas globalizantes, pensando a economia nacional como um todo e sem o compromisso de atender demandas setoriais específicas (FONSECA, 1999, p.350).

O que se verificou foi uma proposta de consolidar a hegemonia burguesa, pois não atender às demandas específicas pode ser interpretado como ter o compromisso de centrar-se nos problemas nacionais, o que, na prática, coincide com os problemas dos setores industriais.

A grande tarefa do Ministério da Economia seria encarregar-se do desenvolvimento, evitar incompatibilidades e incentivar a acumulação de forma a equilibrá-la entre vários setores, localizando e prevendo fontes de estrangulamento, bem como propor alternativas para o futuro. A criação do Ministério da Economia (não ocorrida em seu governo), trazia embutida em si a concepção de que o planejamento e, em decorrência, as ações do governo na economia deveriam nortear-se pela técnica e pela ciência e não por critérios políticos. Aos outros ministérios caberia canalizar as demandas setoriais (dos empresários industriais, dos agricultores e dos trabalhadores) e levá-las ao Ministério da Economia, que as adotaria, caso se compatibilizassem com as políticas econômicas como um todo (FONSECA, 1999, p. 351).

Nas mensagens analisadas não se escondem que interesses eram esses, daí deduzir que, mesmo com toda a precaução, a criação do Ministério da Economia

consolidava-se em proposta de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e nasceria com ele a força para o conjunto da burguesia industrial exercer a hegemonia.

Durante a campanha, o comparecimento às urnas foi maciço e a pequena porcentagem dos votos em branco significou uma derrota para o PCB, cuja direção pregava-os, alegando inexistir distinção entre os candidatos, “todos burgueses”. Assim, na eleição de 3 de outubro de 1950, Vargas obteve 3.850.000 votos (48,7% do total); Eduardo Gomes ficou em segundo lugar, com 29,6%, e Cristiano Machado, com apenas 21,5% (BRANDI, 1985, p. 229-31).

Mesmo diante desses resultados, a UDN iniciou campanha nacional, visando a impedir a posse de Vargas, sob o pretexto de ele não ter conseguido maioria absoluta do votos. Coerente com o texto constitucional, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em 18 de janeiro de 1951, declarou-o vitorioso, juntamente com seu vice Café Filho; ambos foram diplomados no dia 27 do mesmo mês.

Assim, o que se observa é que mesmo à margem do poder no período entre a queda do Estado Novo e sua eleição, Vargas não se afastou da política, como pode ser observado em seus próprios pronunciamentos. A leitura de seus discursos evidencia alguns aspectos importantes sobre seu segundo período presidencial, entre os quais se destacam a proposta de levar adiante a política de “desenvolvimento econômico”, a interferência do Estado na vida econômica, a legislação social, continuando a obra de seu governo anterior; e os vínculos entre Vargas e a burguesia industrial e de setores da burguesia agrária.

Vargas reservou ao seu partido, o PTB, um único Ministério, o do Trabalho, o que demonstrava a importância que o Presidente atribuía a esse setor e o quanto apostava no processo de industrialização e no crescimento da classe operária urbana, enquanto força política decisiva.

Em relação ao desenvolvimento econômico do País, havia divergências políticas: aqueles que defendiam uma posição ligada ao desenvolvimento autônomo e preservador das riquezas nacionais e os que advogavam a causa do desenvolvimento associado ao capital externo.

Assim, Vargas ficou entre as duas posições, mesmo porque ambas importavam em riscos e ônus políticos que o Presidente sabia reconhecer. De um lado, era de todo impossível a ruptura completa dos laços econômicos com os Estados Unidos, premissa básica para um desenvolvimento autônomo. Desnecessário acrescentar que Vargas

descartava de imediato tal postura, como mostra trecho de sua “Mensagem ao Congresso Nacional”, em 1951:

O Brasil encara como um imperativo inadiável o seu desenvolvimento econômico intensivo, em perfeita harmonia com os demais países americanos. Esse desenvolvimento não depende apenas da política econômica financeira interna, que venha a ser firmada pelo Governo. Os fatos econômicos se situam numa conjuntura maior do que a Nacional. O sucesso ou o insucesso de qualquer política depende, em primeiro lugar, de sua perfeita inscrição nas tendências e correlações regionais e mundiais, que em grande parte predeterminam as consequências da ação dos governos”.⁶

Por outro lado, Getúlio não poderia abandonar aquela que tinha sido uma das tônicas essenciais de sua campanha eleitoral, ou seja, o combate aos grupos monopolísticos externos e a defesa da integridade das riquezas brasileiras. Além disso, sua política estava, de certo modo, imbricada na política de desenvolvimento nacionalista. Ao identificar Estado e Povo, como sugeriam vários de seus discursos pré e pós-eleitorais, Vargas dinamizava-o, como elemento fundamental e devia dispor-se a defendê-lo não apenas retoricamente, mas com atos, sob pena de perder credibilidade política e ver desmoronar o trabalho feito desde sua derrubada, em 1945 (GOMES, 1997).

Isso explica por que o início do segundo governo de Vargas foi marcado por uma política econômica bifurcada entre o que vários autores denominam “ortodoxia e nacionalismo”. Em primeiro lugar, pelas ótimas relações estabelecidas com a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos⁷, cujos trabalhos se desenvolveram no correr do primeiro ano de seu mandato presidencial e dos quais resultaram empréstimos para projetos provenientes do Eximbank e do BIRD (*Bank for International Reconstruction and Development*). Também a promessa de facilitar os investimentos privados externos, desde que associados aos capitais nacionais e a adoção de uma política cambial flexível – sistema de taxas múltiplas de câmbio – são fatores reveladores da primeira tendência da política econômica orquestrada por Horácio Lafer, Ministro da Fazenda e um dos

⁶Trecho extraído da Mensagem ao Congresso Nacional, 1951. *site*: [//brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm). O Brasil tornou-se República em 1889. Desde então a mensagem anual do Presidente vem resumindo as atividades do Poder Executivo. Estes documentos são acessíveis por ano e pelo índice da própria mensagem.

⁷Solicitação do governo brasileiro, em abril de 1950, ainda no governo Dutra, de uma comissão mista formada por técnicos do Brasil e dos Estados Unidos, com o objetivo de elaborar projetos específicos favoráveis ao desenvolvimento do potencial econômico brasileiro. A prioridade caberia aos setores de transportes, energia e do setor da agricultura. (Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro CPDOC- www.cpdoc.fgv.br Fundação Getúlio Vargas).

idealizadores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico –BNDE (LEOPOLDI, 2000).

Dessa forma, foi elaborado e enviado ao Congresso Nacional, em fins de 1951, o projeto de lei que criava o monopólio estatal do petróleo (perfuração, lavra e refino), por meio de uma empresa de economia mista — com a maioria das ações em poder do Estado — denominada Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Tal projeto, que só seria aprovado quase dois anos mais tarde, gerou discórdias entre os “nacionalistas e os entreguistas” e constituiu um fator de desgaste para Getúlio perante muitos setores, principalmente, os militares. O Presidente havia, ainda, proposto a nacionalização de outros setores da vida econômica nacional (a energia elétrica, por meio da Eletrobrás) que não foram levados adiante, pela oposição dos grupos estrangeiros interessados no assunto.

Assim, a aliança entre os industriais e o Estado em torno da política de desenvolvimento, no segundo governo de Vargas se firmou na reestruturação do Estado, com a criação de novas arenas formuladoras de política econômica. Getúlio Vargas buscou centralizar o comando da política de desenvolvimento econômico num organismo, a sua própria assessoria econômica.

A Assessoria Econômica foi responsável por numerosos projetos econômicos nas mais diversas áreas. Desses projetos destacam-se a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), o Banco do Nordeste, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁸, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, o Instituto de Imigração e Colonização e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes). Ela também colaborou na formulação da política do petróleo, inclusive a idealização e viabilização da Petrobras, bem como na política de energia elétrica (Fundo de Eletrificação, projeto de criação da Eletrobrás e Plano do Carvão) (LEOPOLDI, 2000, p. 220).

⁸ O BNDE foi criado pela Lei n.1.626, de 20-06-1952. Situado na jurisdição do Ministério da Fazenda, era um banco independente, cabendo-lhe a elaboração de projetos para a obtenção de financiamentos, o recebimento e a administração dos recursos provenientes do exterior e do Fundo de Reaparelhamento Econômico. Outras formas de captação de recursos foram criadas para aumentar a receita do banco. Os setores prioritários em que passou a atuar foram reequipamentos de portos, ferrovias, projetos de expansão de energia hidrelétrica e siderurgia. Nos anos 1950 o BNDE ficou conhecido como “o banco do aço e da eletricidade”.

Vargas criou um organismo planejador do desenvolvimento, articulado com vários ministérios, que funcionava como uma invisível instância superministerial. Conforme depoimento de Rômulo de Almeida, um dos principais coordenadores:

Nossas atividades não eram tornadas públicas; pelo contrário, havia um empenho de que elas fossem muito reservadas....Nós fazíamos [projetos] e entregávamos aos ministros. [O ministro] apresentava como decreto dele. ...A gente tinha que ter um certo manejo político, fazer com que o Ministro às vezes engolisse uma ideia que não estava na sua tendência. ...A maneira como a gente se comunicava com os ministros era ... respeitosa, reverencial, a gente deixava o primeiro lugar para os ministros. Eu não aparecia, nem o [Jesus] Soares. ... Era princípio nosso não aparecer, [não dar] entrevistas. Então a gente se manteve na sombra exatamente para poder operar (ALMEIDA, 1980).⁹

Vargas cercou-se de uma assessoria técnica, ao mesmo tempo em que concordava em contar com a assistência técnica norte-americana para elaborar projetos concretos de desenvolvimento, por meio da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, entre 1951-1954, como já mencionado anteriormente. O coordenador da Assessoria Econômica Rômulo de Almeida, assim definia a Comissão Mista e a articulação entre as duas assessorias técnicas do governo:

Eu era amigo do pessoal todo da Comissão Mista...[que] era um pessoal essencialmente antiestatistas, privatista, a favor das Empresas Elétricas Brasileiras. [Sua] política era trazer dinheiro americano para reforçar a Light e as Empresa Elétricas Brasileiras, e a nossa política (da Assessoria Econômica) não era essa. A nossa política era fazer o Estado atuante (ALMEIDA, 1980).

Assim, pela primeira vez, surgia na administração governamental a CDI como um organismo incumbido de formular e implementar projetos para a criação e dinamização de empreendimentos industriais:

O desenvolvimento industrial do País foi até hoje deixado essencialmente ao arbítrio das preferências da iniciativa particular, muitas vezes privada pela própria , por fatores que escapam à sua competência modificar, de levar suas atividades a setores de extremo interesse para o País. A preocupação do Governo, de encarar com método e segurança o exame e estudo de todos os campos da atividade nacional, traduziu-se ainda pela criação de outros órgãos técnicos, incumbidos de levar um espírito de previsão racional e científica onde até hoje só imperavam as soluções de ordem imediatista (VARGAS, 1951).¹⁰

⁹ Entrevista de Rômulo de Almeida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), disponível em: WWW.cpdoc.fgv.br, 1980.

¹⁰ Mensagem ao Congresso Nacional 1951.

A CDI foi criada em 1951, tendo por finalidade o estudo e a proposição de medidas econômicas, financeiras e administrativas ligadas a uma política industrial. Em 1952, a CDI formulou um “Plano Geral de Industrialização” do País. Ele estabelecia uma classificação das atividades industriais e designava os setores prioritários que o governo deveria assistir em sua política industrial: energético (produção de combustível, fabricação de motores e material elétrico pesado), metalurgia (extração de minérios essenciais, produção de metais, de ligas metálicas), transformação mineral, química (processamento de matéria-prima local e subprodutos industriais), têxtil, alimentos, borracha, pelos, couros, mecânica (indústria de máquinas, material de transporte, tratores e máquinas agrícolas), material de construção (cerâmica, vidro) e material ótico. A criação da CDI correspondeu a um novo estágio de articulação entre industriais e o Estado (LEOPOLDI, 2000, p.221).

Outra característica da nova estrutura do Estado no início dos anos 1950 foi o reforço de sua atuação como Estado-Empresário. A política de desenvolvimento do segundo governo Vargas aprofundou o papel da empresa pública nos setores de transportes, energia, combustível e comunicação. Assim, acoplado a essas metas básicas do governo, estava o projeto de criação da Petrobras, da Eletrobrás e a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional.

Mas essa nova estruturação da economia pode ser analisada frente à questão econômica internacional, por exemplo, os Estados Unidos que após 1945 mantiveram o ritmo de crescimento em função principalmente da reconstrução da Europa e do Japão. E em 1950, novos fatores contribuíram para manter o ritmo desse crescimento industrial, como a Guerra Fria e a expansão das empresas multinacionais sustentadas pela política imperialista americana.

Chegou-se a argumentar que a Guerra Fria fora responsável por encorajar os americanos a adotar uma visão mais ampla, convencendo-os de que era politicamente urgente ajudar seus futuros países competidores a crescer o mais rápido possível e que, dessa forma, a Guerra Fria foi o principal motor da grande prosperidade global. Isso é provavelmente um exagero, mas a gigantesca generosidade do Plano Marshall¹¹, sem dúvida, ajudou a modernizar os países como a França, a Áustria, a Alemanha Ocidental e o Japão (WALKER, 1993, *apud*: HOBBSBAWM, 1995, p. 270).

¹¹ Projeto para a recuperação econômica europeia lançado pelos americanos em 1947.

Assim, a economia capitalista mundial se desenvolveu em torno dos Estados Unidos, o que impulsionou muitos países subdesenvolvidos a desenvolverem seu potencial econômico, a partir de novas tecnologias para a industrialização, como foi o caso do Brasil.

A reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia foram fundamentais para o desenvolvimento econômico, o que ficou denominado como a Era de Ouro, período caracterizado como a era do livre comércio, dos livres movimentos de capital e das moedas estáveis que os planejadores do tempo da guerra tinham em mente. Sem dúvida isso se deveu basicamente à esmagadora dominação econômica dos Estados Unidos e do dólar, que funcionou como estabilizador, por estar ligado a uma quantidade específica do ouro, até a quebra do sistema, em fins da década de 1960 e princípios da de 1970. Deve-se ter sempre em mente que em 1950 só os Estados Unidos tinham mais ou menos 60% de todo o estoque de capital de todos os países capitalistas avançados, produziram mais de 60% de toda a produção deles, e mesmo no auge da Era de Ouro (1970), ainda detinham mais de 50% do estoque total de capital de todos esses países e eram responsáveis por mais da metade de sua produção (ARMSTRONG, 1991, p.151, *apud*: HOBBSBAWM, 1995, p. 270).

Já nos anos 1940, o ideal de desenvolvimento norte-americano foi lançado e apresentado à sociedade pelo Presidente Truman, em um de seus discursos, que discutia o desenvolvimento econômico como superação ao atraso dos países economicamente pobres, utilizando o termo “subdesenvolvimento” para designar tais países.

O discurso de Truman tinha, subitamente, criado uma nova percepção do “eu” e do “outro”. Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados. Wolfgang Sachs analisa, com uma pitada de ironia, que o subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas (SACHS, 2000. p. 60).

Assim, neste capítulo, foi feita uma análise da política econômica da era Vargas, no sentido de se compreender melhor o seu projeto de governo. No próximo capítulo, será analisada a política econômica e a dinâmica de interação entre as classes sociais nessa época.

CAPÍTULO II

POLÍTICA ECONÔMICA E CLASSES SOCIAIS

Neste capítulo, será analisada a política econômica e a dinâmica das classes sociais durante o Governo Vargas.

Não havia, de um ponto de vista formal e sistemático, um plano de industrialização com diretrizes e metas consubstanciadas, discriminadas e quantificadas sob a forma orgânica de um planejamento econômico e social. O segundo governo de Vargas não forjou obviamente um documento, um plano similar àqueles do Estado Novo ou Plano Salte. Mas é inegável que definiu e ordenou seu movimento segundo um plano de desenvolvimento econômico e social, apoiado em um diagnóstico profundo da economia e da sociedade brasileira (DRAIBE, 1985. p.182).

Os termos do projeto foram apresentados por Vargas nas mensagens ao Congresso Nacional, apresentadas pelo Presidente por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Nas mensagens, direcionavam-se as bases da industrialização a partir de um paralelo entre os requerimentos de infraestrutura e os de implantação das indústrias de bases, projetos elaborados desde o Estado Novo, mas apoiados e ampliados agora por comissões técnicas.¹²

Nas mensagens, aparecem as propostas de resolução da questão energética (petróleo e eletricidade), da expansão da siderurgia, do reequipamento do setor de transportes (trens, navios, portos) e da relação dessas medidas precedentes com a indústria de equipamentos e de bens de capital. As mensagens buscavam também justificar a necessidade de optar pelo envolvimento do Estado em setores essenciais, na qualidade de empresário. Os projetos de desenvolvimento da infraestrutura eram ambiciosos. Não visavam ao suprimento da demanda não atendida, mas propunham-se a alargar a oferta, antecipando-se à demanda e criando condições para um contínuo crescimento industrial. Estimularia, sobretudo, o crescimento da indústria de base, considerada o setor prioritário a ser propulsionado paralelamente aos projetos do petróleo, da eletricidade e dos transportes (LEOPOLDI, 2000 p. 173).

Em relação à siderurgia, as mensagens anunciavam a duplicação da capacidade de produção da Companhia Vale do Rio Doce, a expansão da usina de Volta Redonda, o

¹² Em 1951 com a CMBEU, foram elaborados 42 projetos, principalmente, nas áreas de energia e transporte.

estímulo às empresas privadas de aço e o incentivo à instalação da Usina Siderúrgica alemã *Mannesmann*, que Vargas chegou a inaugurar pouco antes de sua morte, em agosto de 1954. Durante seu governo, foram também incentivadas duas outras siderurgias: a Acesita, pertencente ao Banco do Brasil, e a Belgo-Mineira.

No que se refere, por exemplo, à siderurgia, a Mensagem de 1954 parte desta constatação:

A indústria siderúrgica está sendo impulsionada de forma a aumentar o suprimento nacional de ferro e aço, não só como matéria-prima, mas também como bens elaborados. No ano passado, a produção nacional de aço alcançou, pela primeira vez, um milhão de toneladas. A usina de Volta Redonda teve a sua capacidade duplicada este ano e já se encontra em marcha o programa destinado a obter, somente dela, um milhão de toneladas de aço por ano; vários outros empreendimentos privados se ampliam ou surgem, em tal campo da produção, graças ao encorajamento de iniciativas nesse sentido, inclusive quanto à garantia de consumo (VARGAS, 1954 p. 15).

Na área da indústria química, as mensagens de Vargas anunciavam que o governo daria atenção especial à produção de insumos industriais desse setor, aos derivados do petróleo e aos produtos farmacêuticos (muitos esforços foram feitos para a implantação da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio, que só foi inaugurada em 1960).

O estímulo à produção de derivados do petróleo vem sinalizada na mensagem de 1954:

A expansão do consumo interno de combustíveis e lubrificantes líquidos, só em diminuta parte atendido pela produção nacional, estava e está a exigir grande esforço do País no sentido do aproveitamento dos seus recursos naturais em petróleo. Por isso, promovi, a mobilização de vultosos recursos financeiros e a criação de uma empresa estatal para a realização dos empreendimentos oficiais, nesse campo industrial. A Nação hoje está esclarecida sobre o que significa o surgimento da “Petrobras”, como organismo do Estado para enfrentar o problema do petróleo em bases industriais e comerciais... (VARGAS, 1954 p.14)

No que se refere ao sistema de transportes, a política que Vargas propunha e que estava presente nas mensagens envolvia o reequipamento do sistema de transportes marítimo-fluviais, pelo reaparelhamento dos portos e pela dragagem de rios; o sistema ferroviário, com eletrificação de ferrovias, produção de vagões, locomotivas e material ferroviário; a construção naval, com a expansão do Arsenal da Marinha. A aviação, com a montagem de aviões pela Aeronáutica, a partir da importação das partes e com o desenvolvimento da fabricação de aviões para treinamento militar e de helicópteros, tendo a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica. A pavimentação de rodovias e

a implantação da indústria de veículos, com jipes, tratores, caminhões, ônibus e automóveis. As justificativas para tais obras eram as seguintes:

De nada adianta que as fartas searas amadureçam ao sol, se as safras devem apodrecer ao longo de ferrovias insuficientemente aparelhadas ou nos armazéns de portos irremediavelmente congestionados. Eis porque o Governo, como passo primordial para o alargamento de nossos horizontes econômicos, para fazer recuar as injustas fronteiras impostas ao esforço e à iniciativa de nosso povo, preocupou-se de elaborar e pôr em execução um vasto plano de reaparelhamento do sistema de transportes, abrangendo os setores ferroviário, rodoviário e portuário (VARGAS, 1952, p. 11)

Assim, outras indústrias surgiram atreladas ao desenvolvimento do setor de transportes como as indústrias de bens de capital (material naval, material ferroviário), material elétrico, cimento, asfalto, indústria química, laminação de metais e metalurgia.

Em seu último pronunciamento da campanha presidencial, Vargas dirigiu mensagem “ao povo brasileiro”, em 30 de setembro de 1950, diretamente de São Borja. Nela, prometeu voltar-se ao atendimento de todas as classes, se eleito, e logo a seguir, seus compromissos com o povo: “Juntos governaremos o Brasil”, “Esse é o preceito fundamental da democracia: o povo elege e o eleito governa” juntos, com as devidas ressalvas:

Embora não tenhamos atingidos ainda a plena maturidade desse processo evolutivo, é certo que o pronunciamento das urnas demonstra uma reconquista da consciência do povo, uma afirmação das massas, outrora apáticas e submissas, da sua vontade de participar efetivamente do poder. A eleição não veio aprovar um estado de coisas, nem consagrar os grupos dominantes. Veio antes fazer desaparecer o afastamento entre as forças sociais e o Estado (VARGAS, 1951, p. 7)

Durante a campanha, Vargas apresentou-se como candidato de um partido, o PTB, ao qual não poupou palavras elogiosas, mas, embora lembrasse seus vínculos com o PTB, preferia apresentar-se como “político de consenso”, expressão da “vontade popular”. Em determinadas ocasiões, Vargas chegou a se declarar candidato não de partidos e, sim, do povo. Entretanto, não se deve estender esse pronunciamento ao conjunto de seu governo, nem dele deduzir seu caráter apartidário de fato, pois suas atitudes durante seu governo atestam o contrário: usava de seu período presidencial anterior como propaganda.

Sua candidatura e seus pronunciamentos empolgaram o Brasil, principalmente o eleitorado urbano. O discurso presidencial seguiu, basicamente, os mesmos pontos da campanha de 1947, carregados de apelos emocionais. Há, não obstante, alguns aspectos merecedores de menção, principalmente, pela frequência com que se repetiram:

Sinto-me particularmente feliz de ter sido a expressão da confiança e símbolo dessa afirmação nacional. Se no meu passado de lealdade ininterrupta aos interesses populares, interpretados acima de quaisquer injunções, encontrou o povo a razão para escolher-me, redobrado compromisso assumi para com eles depois do seu caloroso pronunciamento. Convocado novamente para a suprema direção do País, quando já me considerava desobrigado de suportar seus pesados encargos, pouco lhe poderei dar que seja de minhas próprias forças. Conto, porém, para bem desincumbir-me das novas responsabilidades, com as luzes e o patriotismo dos demais Poderes, sobretudo do Legislativo, em seu relevante papel, e, ao vosso lado, com o apoio e a inspiração constantes da confiança popular (VARGAS, 1951, p. 8).

Assim, a volta de Vargas à presidência do Brasil é marcada, mais uma vez, por um discurso direcionado às bases populistas, e apresentado como um “amparo” e uma “defesa” às classes sociais:

O Governo sente o dever e a responsabilidade de encarar de frente a situação. Fortalecido pela confiança das massas trabalhadoras e pela identificação profunda com o sentimento popular, não receia as medidas que sejam necessárias para vencer os riscos da conjuntura interna e externa, não discrepando de sua linha internacional, e disposto a alcançar, apesar de todas as dificuldades, uma posição de maior segurança e relevo para o Brasil, no conceito das Nações, por meio da elevação da cultura e do progresso social do nosso povo (VARGAS, 1951, p. 14)

Nota-se, por meio das mensagens, um apelo de união entre o Estado e os setores populares, ou seja, uma ideia de aproximação entre o governo e seus eleitores:

A última eleição veio identificar o Estado com o povo. Foi uma reconquista do Estado pela sociedade viva. Aguçou-se, então, a capacidade de presença do Governo nos sentimentos e nos problemas populares, bem como se acresceram a legitimidade e a vigor das manifestações da soberania nacional (VARGAS, 1951, p. 8)

Assim, observa-se, nesse momento, ou seja, no início de mandato presidencial, a preocupação por parte de Vargas em conquistar a confiança dos cidadãos, ou seja, a conquista à sua lealdade, para a garantia de prevenir um possível conflito interno:

Por outro lado, é necessário que floresçam, em substituição à política de clientelas, quadros de líderes orientados por ideias que conquistem a compreensão e a confiança das massas; e, ainda, é imprescindível a uma completa liberdade eleitoral a libertação do temor e da necessidade, o que se conseguirá uma substancial elevação dos níveis de vida das mais numerosas camadas do nosso povo. Eis porque tem sido minha preocupação constante a realização da democracia econômica e social, por meio da proteção ao trabalhador e da melhoria das condições de vida dos humildes (VARGAS, 1951 p.7)

Finalmente, já que a política concebida era de desenvolvimento econômico e social, também se dotaria o aparelho de um órgão responsável pela elaboração da

política social oficial. Assim, criou-se, em 29 de setembro de 1951, a Comissão Nacional de Bem-Estar. Instituída junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, essa comissão deveria “...promover os estudos e as providências indispensáveis à estruturação de uma política tendo por objetivo a melhoria das condições do povo brasileiro”. Na sua estruturação, a CNBE organizou diversas subcomissões: Seguro Social, Serviço Social, Habitação, Saúde, Indústrias Domésticas e Artesanato, Colonização e Bem-Estar Rural, Recreação e Cultura, e Assistência Técnica. Foi numa dessas subcomissões que se elaborou um anteprojeto de Lei Orgânica da Previdência Social (DRAIBE, 1985, p. 218)

Assim, para atender aos projetos econômicos e sociais do setor industrial, contava-se com a atuação do Serviço Social da Indústria – SESI¹³ e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI¹⁴, destinados à prestação de serviços médico, artesanato, recreação e educação de base.

Visando a atuar na ampliação e melhoria dos grupos profissionais, considerados necessários à elevação da produtividade e expansão econômica, foi criada a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado de Nível Superior (CAPES).¹⁵

O desenvolvimento econômico era apontado como “saída” para a elevação dos níveis de vida:

A defesa da economia popular contra a carestia da vida é firme propósito do meu Governo, a cuja execução já dei início. Mas todos sabemos que os resultados definitivos dessa política só serão alcançados com o saneamento financeiro e o aumento substancial da produção. ...A elevação dos níveis de vida, num País como o Brasil, depende, assim, muito menos da justa distribuição da riqueza e do produto nacional, do que do desenvolvimento econômico (VARGAS, 1951, p. 12).

A política de bem-estar social, atrelada ao desenvolvimento econômico apresentou-se como uma ambiciosa proposta presente na mensagem de 1952:

[...] É preciso que o País inteiro participe com a contribuição do seu esforço e do seu trabalho para incrementar a produção, estimular as atividades fecundas e fazer surgir riquezas novas e bens em abundância

¹³ SESI, Serviço Social da Indústria. Entidade criada pelo Governo Federal em 1946, mantida e administrada pela Confederação Nacional da Indústria por meio de contribuições mensais das empresas. Atende os trabalhadores dos setores industrial, de transportes e comunicação, mantendo centros de abastecimento, bibliotecas circulantes, centros de saúde e reabilitação e ambulatórios médico-odontológico (SANDRONI, 1994, p.321).

¹⁴ O SENAI foi criado em 1942 pelo Governo Federal, financiado por empresas do setor industrial e por convênios diversos. Objetiva formar, aperfeiçoar e especializar mão de obra para o setor industrial, em níveis de primeiro e segundo grau (SANDRONI, 1994, p. 320-321).

¹⁵ A CAPES, foi criada pelo Decreto n.º 29.741, de 11.07.1951.

paro o consumo e o proveito geral. É preciso, sobretudo que não seja prejudicado aquilo que é o objetivo principal do governo: o bem-estar social e a felicidade de cada um. Não devemos abandonar esse impulso generoso de dar a todos uma justa participação nos frutos do trabalho comum, na riqueza que é criada pelo esforço de todos. É necessário proporcionar a todos igualdade de oportunidade, extinguir as injustiça de uma sociedade dividida em classes [...] (VARGAS, 1952, p. 8)

O Bem comum e a felicidade de cada um seriam impulsos generosos gerados pela distribuição dos frutos do trabalho comum. Para tais transformações, anunciava-se a mudança na relação Estado – economia:

A reforma administrativa projetada contemplaria um esquema de solução, com a criação de um órgão geral de coordenação e planejamento responsável, em última instância, pela compatibilização das políticas segundo o plano econômico e social, e pela agilização da máquina burocrática. Entretanto, os elementos de “novidade” ou ruptura no processo de superação da forma anterior de relação entre o Estado e a economia se fizeram sentir menos na frustrada tentativa de reforma institucional, que na natureza distinta dos novos órgãos criados, na forma predominante dos mecanismos de regulação e no desenho de articulação entre os setores burocráticos do Estado e os grupos econômicos privados. É certo que esses processos intensificaram a centralização e condensação do aparelho (VARGAS, 1952, p. 8).

Os novos órgãos teriam caráter de atuação nacional e a responsabilidade de criar novas políticas que impulsionassem e financiassem a produção de setores econômicos substituindo os controles políticos tradicionais. Dessa forma, em relação ao setor agrário, foi criada em julho de 1951, a Comissão Nacional de Política Agrária, que atuava numa perspectiva de levar informação ao campo, analisando os problemas para obter soluções que levasse de forma rápida e organizada o desenvolvimento da economia agropecuária nacional.

No setor industrial, criou-se a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), com o objetivo de estabelecer políticas de incentivo, proteção tributária, tarifária, cambial, financeira, políticas de mão-de-obra, tecnologia e, finalmente, orientação e articulação, segundo seus propósitos, junto às entidades cambiais e financeiras do Estado. Diretamente subordinada à Presidência da República, era presidida pelo Ministro da Fazenda; seu Vice-Presidente era o Presidente do Banco do Brasil. Contava com representantes dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, da Agricultura, da Viação e Obras Públicas, das Relações Exteriores e da Aeronáutica; das Carteiras de Exportação e Importação (CEXIM), e de Crédito Agrícola e Industrial (CREIA), do

Banco do Brasil; do Presidente da seção brasileira da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos; e dos dois representantes indicados pela Confederação Nacional da Indústria.¹⁶

Para atender ao setor de transportes, foi criada a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, criada pelo Decreto n.º 31.056, de 30.06.1952, para sanar os problemas de abastecimento interno.

No setor social e urbano, obteve-se a implementação da Comissão Nacional de Alimentação¹⁷ e a criação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços¹⁸, com o objetivo de controlar a política de preços e, conseqüentemente, o abastecimento interno.

Para o estabelecimento de novas tarifas aduaneiras e devido à preocupação com a proteção industrial e a abertura das bases fiscais do Estado, criou-se a Comissão de Revisão de Tarifas Aduaneiras, responsável por em criar projetos sobre a reforma tarifária.

Assim, para a implementação de um amplo plano de desenvolvimento econômico e social como se pretendia, muitas mudanças no aparelho econômico estatal seriam necessárias, gerando um desafio aos dirigentes políticos e aos elaboradores de políticas, que deveriam preocupar-se tanto com a eficácia quanto com a eficiência necessárias ao desenvolvimento do projeto e, de um certa forma, ter “agilidade”, sem perder o controle de planejamento das ações.

O novo Presidente e seus técnicos em administração diagnosticavam os problemas maiores: paralisia e envelhecimento do aparelho; superposição de órgãos sob os mais díspares regimes jurídicos e institucionais; congestionamento da Presidência; dificuldades em manter sob a orientação unificada do chefe do Executivo a multiplicidade de órgãos e funções; necessidade, imposta pelo regime democrático, de agilizar e ampliar o grau de eficácia do aparelho na execução de leis e metas; ausência de um sistema integrado de planejamento, controle e coordenação; e, finalmente, a inadequação ou a limitação do maquinismo governamental, frente às complexas atividades econômicas e sociais que o Estado se via desafiado a assumir (DRAIBE, 1985, p. 225).

¹⁶ Cf. Decreto de criação da CDI, in *Jornal do Brasil*, edição de 07-07-1951 *apud* Draibe, 1985, p. 217

¹⁷ Essa comissão havia sido criada por decreto-lei de fevereiro de 1945, e contava com três subcomissões: a de Serviços Públicos, a de Planejamento da Produção Alimentar e a de Educação Alimentar. Em abril de 1951, foi investida de novas funções, passando a atuar como Comitê Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Atuava, com estudos e projetos, sobre as condições de abastecimento e alimentação nas cidades, emergências e socorros às populações atingidas pelas secas, pesquisas e técnicas de produção alimentar, etc. Cf. “Mensagem...”, 1952, *apud* DRAIBE, 1985, p. 220.

¹⁸ Criada pela Lei n.º 1.522, de 26-02-1951, a COFAP contava com representantes da indústria, comércio, lavoura e pecuária, imprensa, Forças Armadas, cooperativas de produção e consumo, além de técnicos dos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, de Viação de Obras Públicas do Banco do Brasil e da Prefeitura do Distrito Federal. Cf. “Mensagem...”, 1952. (DRAIBE, 1985, p. 220)

Assim, em 1952, Vargas anunciou uma reforma administrativa que contemplava as políticas de coordenação e organização, elaborando um anteprojeto, constituído por um sistema duplo de coordenação, ou seja, de um lado seria coordenado por comissões interministeriais, de outro, por meio de um Conselho de Planejamento de Coordenação, que seria constituído junto à Presidência. O objetivo maior era o de descentralizar a administração, mas ao mesmo tempo garantir o controle e a unidade das ações governamentais.

Conhecendo as resistências que poderia defrontar tal projeto, Vargas convocou previamente a colaboração das forças político-partidárias, sob a forma de uma Comissão Interpartidária da Reforma Administrativa, da qual participaram todos os partidos, que elaborariam um relatório final sobre a opinião da Comissão em relação à reforma.¹⁹

Todavia, mesmo sendo elaborado o projeto exatamente nos termos propostos pela Comissão e enviado ao Congresso Nacional em agosto de 1953, não foi possível sua aprovação na gestão Vargas nem nas subseqüentes, ou seja, foi considerado “impossível” levar adiante uma reforma administrativa naqueles moldes, pois não havia um órgão geral de planejamento e controle, ficando frustrada a maior parte das transformações propostas.

Assim, cabe-se perguntar qual foi a forma de administração implantada durante o governo, em relação à política e ao direcionamento da ação estatal, mesmo porque se observar que, durante o governo, alcançou-se um certo grau de planejamento, de coordenação e de controle das políticas econômicas e sociais, mas de forma precária e limitada:

De um lado, utilizou-se o mecanismo burocrático-administrativo de participação simultânea de representantes dos principais órgãos responsáveis pela execução da política econômica nos conselhos dos mesmos órgãos. Essa forma, que já vinha sendo utilizada desde as décadas de 30 e 40, foi reforçada, na tentativa de levar-se ao máximo a capacidade administrativa e a harmonização das medidas econômicas, exercendo controles sobre as áreas consideradas estratégicas (o comércio exterior, as instituições de crédito e financiamento, os incentivos tributários, etc.). O outro mecanismo foi uma efetiva divisão

¹⁹ O anteprojeto substitutivo apresentado pelo PSD sugeria que o Conselho Nacional de Economia passasse a atuar na área da Presidência; o PTB substituiu o Conselho de Coordenação e Planejamento contido na proposta primitiva, por um gabinete ou assessoria técnica; o PST considerava inconstitucional a subordinação direta do CNE à Presidência; finalmente a Associação Brasileira de Planejamento que também emitiu parecer, reforçou a ideia de se incluir, como órgãos colegiais da Presidência, o CNE e o Conselho Superior de Coordenação e Planejamento. A Reforma Administrativa Brasileira, vol. I: “A reorganização da Presidência da República”. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1960, p. 35-44.

de tarefas – “de fato”, e não de jure – no interior do circuito estabelecido entre a Assessoria Econômica da Presidência, o BNDE, a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, os órgãos de planejamento setorial (como a CDI ou a CNPA), os da administração direta, subordinados aos distintos ministérios (Sumoc, Cexim, CACEX, etc..) e, finalmente, as empresas públicas e autarquias- circuito que partia do Presidente da República e nele se fechava (VIANNA, 1980, *apud* DRAIBE, 1985. p. 231).

A administração estatal defrontou-se com problemas em relação à coordenação, enfrentando conflitos intraburocráticos, ou seja, crises no interior da estrutura do Estado, o que causou divisões, comprometendo tanto os objetivos quanto o ritmo do processo de desenvolvimento. Vários depoimentos e análises indicam, por exemplo, as “tensões” entre a Assessoria Econômica e a Comissão Mista, ou entre o Ministério da Fazenda e os técnicos da Assessoria, ou mesmo os desacertos de posições entre o BNDE, a Comissão e a Assessoria Econômica²⁰.

Em relação às realizações econômicas, obteve-se progresso em vários setores da infraestrutura de energia e transporte, nos investimentos da siderurgia, na criação da Petrobras, e a criação do BNDE, que, por sua vez, instrumentalizou a realização de vários projetos de investimentos.

Entretanto, tais realizações apresentaram-se de forma incompleta e fragmentada, se comparadas ao plano original. As próprias inversões do setor público não atingiram um patamar mínimo de integração, como se planejava. A criação de novos setores, na área industrial, praticamente fracassou. No plano do aparelho do Estado e das políticas gerais que pretendia implementar – a agrária, a social, a industrial, a urbana, os resultados foram incompletos ou mesmo irrelevantes, se se pensar no grau de compatibilização e coordenação com que foram concebidas. Igualmente não foram realizadas as reformas administrativas e tributária. Quanto ao financiamento externo, não apenas fracassaram as negociações para a obtenção de um empréstimo global, sem vinculações, como foram modestos os recursos obtidos para os projetos de energia e transportes recomendados pela Comissão Mista (VIANA, *apud* DRAIBE, 1985).

Assim, algumas questões podem ser apontadas como supostas formas de resistência que malograram o projeto de desenvolvimento apresentado no governo

²⁰ Em seu depoimento, Jesus Soares Pereira relata um diálogo exacerbado com o ministro Oswaldo Aranha, sobre a criação da Eletrobrás, no qual este último afirmava a vocação agrária do país e o equívoco de se querer acelerar o processo de industrialização. Pereira vai além e denuncia mesmo o boicote sistemático que técnicos do Ministério da Fazenda faziam aos projetos de industrialização. Cf. Lima,, p. 124-126, *apud* DRAIBE, 1985.

Vargas. Como o domínio da empresa pública sobre as empresas estrangeiras, pois a política industrial não anulava as empresas estrangeiras, mas controlava sua entrada e saída do País, garantindo o domínio e a atuação das empresas nacionais públicas e privadas, evidenciando um caráter nacionalista, que despertou resistências por parte do capital estrangeiro. Na área social, as políticas de benefícios foram insuficientes para fazer frente aos anseios populares, principalmente, num período de notória mobilização “populista”.

A Assessoria Econômica compunha-se de técnicos tidos como nacionalistas, defensores da industrialização, do planejamento econômico e do desenvolvimento, como Rômulo de Almeida (seu chefe), Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, João Neiva de Figueiredo, Tomás Pompeu Acioli Borges e Cleanto de Paiva Leite.

Coube à Assessoria Econômica subsidiar o Presidente nos assuntos relativos ao petróleo, mas, entre seus membros, predominava a ideia de permitir à iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, participar da formação de uma empresa encarregada da pesquisa, lavra e produção do petróleo, em associação com capitais estatais, resguardando-se o monopólio estatal apenas às jazidas. A justificativa era por não haver condições internas de financiar obra de tamanho porte:

Para solucionar em bases nacionais o problema do petróleo, propôs o Governo a criação da Petróleo Brasileiro S.A., na qual, sob efetivo controle do Estado, se poderão associar subsidiariamente capitais privados em limites definidos, para completar os recursos ao programa nacional do petróleo e dar caráter industrial à grande organização da produção (VARGAS, 1954, p. 76, *apud* FONSECA, 1999 p. 416).

A sugestão de Vargas, seguindo sua Assessoria Econômica, era a formação de uma companhia mista, sob controle estatal, mas com participação de capital privado, nacional e estrangeiro para financiamento da Petróleo Brasileiro S.A., ou Petrobras. Ao final de 1952, assim manifestou-se:

A exploração do petróleo, enfim, por tanto tempo objeto de discussões estéreis e bizantinas e de devaneios de imaginação, foi trazida para o campo das sugestões concretas e das realizações práticas pelo projeto que o Governo teve ocasião de submeter à consideração do Congresso. A solução proposta é a solução realista e patriótica, que deve congrega o apoio de todos os bons brasileiros. Permite mobilizar recursos na escala imprescindível a problemas de tamanha magnitude e, esteada nas mais sólidas garantias do controle oficial da indústria petrolífera, constitui uma solução em firmes e eficientes bases nacionalistas, mantendo em pleno vigor a legislação vigente. Durante o meu anterior Governo jorrou petróleo pela primeira vez da terra do Brasil: trata-se

agora de organizar uma indústria moderna e eficiente, capaz não só de extrair do solo o precioso combustível, mas de transformá-lo, refiná-lo, extrair-lhe os valiosos subprodutos, e ir buscar ao longe, sob o pavilhão nacional, a parte que os nossos próprios poços não puderam fornecer às necessidades do País (VARGAS, 1952 p. 15.).

Mas Vargas e sua Assessoria Econômica não contavam com a campanha contra seu projeto, o que causou discórdias entre os “nacionalistas” e os “entreguistas”.

Desde que o projeto do Executivo foi enviado ao Congresso Nacional, em dezembro de 1951, até transformar-se em lei, passaram-se 23 meses. Assim, somente em 3 de outubro de 1953, Vargas assinou a Lei nº 2.004, criando a Petrobras, fixando o monopólio da pesquisa, lavra, refinação e transporte marítimo ou por meio de condutos do petróleo no Brasil.

A criação da Petrobras representou a vitória dos nacionalistas e, desde então, tornou-se um símbolo do nacionalismo brasileiro:

A Petrobras assegurará não só o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, como contribuirá decisivamente para limitar a evasão de nossas divisas. Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei (VARGAS, 1969, p.87. *Apud*: FONSECA, 1999, p. 417).

Entretanto, a solução ficou aquém da almejada por seus segmentos mais radicais, pois a lei não estabeleceu o monopólio da comercialização dos derivados do petróleo, a qual permaneceu com as mesmas empresas estrangeiras já estabelecidas no Brasil. Não afetando os interesses econômicos preexistentes, a lei apenas limitou suas pretensões do campo da indústria petrolífera. Como afirma Octávio Ianni: “Nesse sentido, é que a criação da Petrobras foi um ato nacionalista ambíguo, e não apenas parcial (IANNI, 1977, p. 127).

O desfecho da campanha do petróleo perturbou as relações de Vargas com o governo norte-americano. A eleição de Eisenhower marcou a retomada do extremado conservadorismo da política externa daquele país, trazendo à liça o anticomunismo e a luta contra os “nacionalismos”, entre os quais os da América Latina. A exigência norte-americana aproximou-se do “alinhamento automático” e desde logo predominou a orientação de atribuir à iniciativa privada os empréstimos e financiamentos ao exterior, comprometendo definitivamente as aspirações de Vargas, que supunham negociações governo a governo com os Estados Unidos. Isso significou, praticamente, o fim da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos:

A nova administração norte-americana, sob a chefia do Senhor Dwight Eisenhower, o supremo comandante das forças aliadas na guerra e hoje um dos supremos chefes da luta universal pela paz, trouxe algumas alterações de ordem técnica no intercâmbio de nossos países, em consequência da nova política que adotou, de predominância da iniciativa privada nas relações econômicas internacionais, política a que obedeceu, sem dúvida, a extinção da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico, que tão relevantes serviços vinha prestando (VARGAS, 1969, p. 144 *apud*: FONSECA 1999, p. 419).

Segundo Sérgio Besserman Vianna, o investimento privado no Brasil destacava-se no mundo. Entre 1949 e 1954, o investimento líquido norte-americano em manufaturas no Brasil representou 53% do realizado na América Latina e 17% do mundial. Excluindo-se o Canadá, a última percentagem chegaria a 34%. Daí concluir: “Nenhum outro País do mundo, a exceção do Canadá, recebeu investimentos em manufaturas em montante sequer próximo ao do aplicado no Brasil”. Quanto ao reinvestimento dos capitais norte-americanos no Brasil, a conclusão é a mesma, pois atingiu US\$360 milhões entre 1946 e 1954,

[...] montante este que, com exceção do Canadá e Inglaterra, que o superaram, novamente não encontra paralelo em qualquer País do mundo. Ao todo, o estoque do capital norte-americano no Brasil aumentou de US\$ 726 milhões entre o final de 1946 e o final de 1954. Entre 1949 e 1954, enquanto este estoque crescia 54% no Canadá, no Brasil o crescimento foi de 56%. (VIANNA, 1985, p. 108-15, *apud*: FONSECA, 1999, p. 419).

Dessa forma, Vargas via uma negativa no rompimento com os Estados Unidos, pois as negociações visando ao financiamento para infraestrutura ficaram comprometidas.

Assim, após tecer considerações sobre o nacionalismo, parece incontestável que a ideologia do desenvolvimento econômico associou-se, no plano dos discursos, à independência e à autonomia nacional, sempre presente ao longo do período presidencial de Vargas.

Entretanto, cabe ressaltar que o projeto de Vargas, pelas evidências, sempre esteve vinculado a um desenvolvimento industrial associado, ou seja, a ideologia “nacional-desenvolvimentista” não pretendia estabelecer qualquer rompimento com o capital estrangeiro, almejando a construção de um capitalismo nacional autônomo. Mesmo porque autonomia e independência econômica não significava o fechamento do País ao financiamento externo, mas, sim, a busca pela industrialização.

A industrialização apresentava-se como verdadeira questão nacional, capaz de colocar em torno de si amplos segmentos sociais. A participação popular na “Campanha do Petróleo” não deixa dúvidas a respeito disso.

A análise desenvolvida até aqui abrangeu, basicamente, questões vinculadas à política de desenvolvimento engajado na discussão sobre o processo de industrialização, a aliança entre o Estado e os industriais, a Assessoria Econômica, a criação de projetos como a Petrobras e a articulação entre os capitais privado, nacional, estatal e estrangeiro. Restaria, a fim de atingir o objetivo definido no início do trabalho, enfocar a relação entre Vargas e os trabalhadores, o auge do populismo e o trabalhismo, essencial para explicar a crise política do final de 1953. O tratamento dessas questões a posteriori, em relação a política desenvolvimentista, não nega a sincronia entre os fatos.

A crise do segundo governo Vargas pode ser analisada perante ao duplo caráter do populismo, ou seja, ao mesmo tempo em que representou ideologia assegurando a dominação burguesa, o populismo supunha atendimento a determinadas reivindicações operárias e sindicais, muito além das admitidas no meio empresarial. Assim, a posição das classes dominantes frente ao populismo foi mais de tolerância do que, propriamente, de aceitação.

Entretanto, se a crise desembocou no âmbito das elites, não significa dizer que os trabalhadores dela se ausentaram, mesmo porque havia um grande descontentamento referente à relação entre Vargas e os trabalhadores, o que pode ser percebido pela deflagração da greve de março de 1953, em São Paulo, alastrada pelo interior do estado, envolvendo cerca de 300.000 trabalhadores têxteis, gráficos, marceneiros e metalúrgicos, que reivindicavam 60% de aumento.

Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil desde os anos 1930, mesmo sob a égide do populismo, foi excludente, o que ataca frontalmente a ideologia “nacional-desenvolvimentista”, expressa nos discursos. Na verdade, Vargas reconhecia a situação social crítica:

Não pode a Nação suportar por mais tempo os atuais índices de vida de suas classes desfavoráveis, quando países menos dotados em suas potencialidades geográficas têm conseguido elevá-los a níveis mais consentâneos com a condição humana (VARGAS, 1952, , p.73,170, *apud*:FONSECA 1999, p. 433).

No entanto, o aspecto marcante do “nacional-desenvolvimentismo” não consistia no reconhecimento da miséria, mas em postular a ineficácia de qualquer política explícita de distribuição de renda, pois condicionava a melhoria de índices sociais ao

desenvolvimento econômico. A pobreza era fruto do atraso; para vencê-la, precisava-se industrializar o País, ou seja, incentivar a acumulação e distribuição, como supunha a primeira como pré-requisito da segunda, além de sua condição suficiente (FONSECA, 1999 p. 433).

Conforme Fonseca, o trabalhismo, como apareceu nos discursos de Vargas, recebeu influência de corrente de ideias como o Positivismo. O trabalhismo herdou do positivismo as noções de progresso, de desenvolvimento, de “integração do proletariado à sociedade moderna” e de aversão a perturbações na ordem. Como pode ser notado na mensagem de 1952: “...A obra do Governo se desenvolve no sentido de vencer, pelas forças do progresso e da civilização, as forças da inércia e da rotina e os métodos anacrônicos de trabalho” (VARGAS, 1952, p. 13).

Assim, o “populismo”, se apresentava como representante de “todos” ao mesmo tempo, mas nota-se que quase nunca contemplava aos interesses das classes, mesmo porque eram interesses extremamente diversificado.

O populismo, enfim, enredava-se nas próprias contradições que pretendia imperar com seus discursos, criando um abismo entre ele e o real. Caso efetivasse suas promessas distributivas, seguindo a seus preceitos ideológicos, encontraria contra si o conjunto da classe dominante, chocando-se com sua própria razão de ser: assegurar a acumulação de capital, industrializar o País e modernizar sua agricultura, levando adiante seu projeto de “desenvolvimento econômico”. Mas, caso aceitasse definitivamente que este último não era distribuição, mas fundamentalmente acumulação de capital, o regime negaria a si mesmo, ou seja, deixaria de ser populista. Do ponto de vista estrito da classe dominante, o ideal seria continuar com o projeto “econômico” desvinculando-o de seu lado “social”, ou seja, manter o programa de crescimento acelerado deixando de lado a demagogia distributivista (FONSECA, 1999, p. 441).

Em relação a reivindicação operária ao atrelamento do sindicato ao Estado, contrariavam-se os princípios básicos do populismos, uma vez que a burguesia era contra e transformaria em veto tal proposta. Assim, Vargas, em seus discursos, optava por enfatizar a política assistencialista às entidades de classe.

Assim, em relação à crise do segundo governo Vargas, algumas considerações podem ser feitas para caracterizar o estopim da crise, como as sucessivas greves operárias entre 1953-1954, e o aumento de 100% do salário mínimo assinado por Vargas em decreto.

A atitude de Vargas, em relação a repressão aos movimentos sociais, considerada hesitante pelas classes dominantes, alterou ainda mais os ânimos e, como se não fosse o bastante, o discurso de Vargas em 1º de maio de 1953, em Volta Redonda,

no qual falou de sua luta em prol dos trabalhadores e sobre a emancipação do trabalhador pelo reconhecimento de seus direitos, em vez de falar sobre a harmonia social e condenar as lutas de classes, como sempre fizera, denunciando os exploradores e os poderosos, abriu espaço para uma verdadeira inquietação da classe dominante.

Em junho de 1953, em mudança ministerial, Vargas nomeou, para ocupar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, João Goulart, considerado opositor à UDN, o que acirrou os ânimos dos parlamentares liderados por Carlos Lacerda contra o governo varguista causando um clima de tensão.

Vargas procurava fazer concessões aos empresários nas questões de política econômica, [...] mas não abria mão de sua influência no meio sindical. Ao acirrarem-se os ânimos oposicionistas no Congresso, nos meios empresariais e nos quartéis, as respostas governamentais tornavam-se ainda mais duras. Assim, o Ministério do Trabalho passou a encampar verdadeira campanha pela sindicalização em massa e tanto o Ministro como Vargas começaram a mencionar a disposição de Vargas de levar adiante um programa de reforma agrária (FONSECA, 1999, p. 447).

Dessa forma, pode-se observar a estratégia usada por Vargas de retomar o controle e a influência nos sindicatos ameaçados pelas greves, abrindo concessões com os trabalhadores na tentativa de revigorar o pacto populista.

Todavia, diante da crise do populismo, a saída proposta por Vargas consistia no atendimento cada vez maior das reivindicações operárias, o que de nada adiantaria, já que os próprios empresários acreditavam ser o Presidente o incentivador das lutas de classes.

Assim, com a crise já imposta, em junho, Afonso Arinos encaminhou ao Congresso o pedido de *impeachment*, mas a tentativa maior de retomar a ofensiva partiu da própria guarda presidencial de Vargas, armando um atentado contra Carlos Lacerda. O episódio, que ficou conhecido como o “crime da Rua Toneleiros”, ocorreu no Rio de Janeiro, em 5 de agosto. Nele, Lacerda sofreu ferimentos leves, enquanto o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, membro da segurança pessoal do parlamentar, morreu. E em 23 de agosto, o Alto-Comando da Marinha e do Exército pronunciavam-se no mesmo sentido e, em manifesto, exigiam a renúncia do Presidente.

Contudo, em 24 de agosto, ainda pela manhã, ouviu-se no Palácio o tiro com o qual Vargas se suicidou. E poucos minutos depois já se lia sua carta-testamento por todo o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos de 1951-1954, segundo governo Vargas, foram marcados por uma política de referencial desenvolvimentista, em que se tem o Estado como propulsor e criador da infraestrutura nacional para a arrancada desse desenvolvimento no campo do petróleo, da siderurgia e da eletricidade. Pode-se perceber o “desenvolvimentismo” expresso nas mensagens presidenciais ao Congresso Nacional, como uma verdadeira “ideologia” econômica de sustentação do projeto de industrialização.

Assim, por meio da problematização de discursos do presidente Vargas, conseguimos “pistas” para a compreensão de um período da História econômica do Brasil, nos anos de 1951-1954, considerando a evolução do pensamento econômico, que seria, segundo Bielschowsky, de fase do “amadurecimento do desenvolvimentismo”. Segundo o autor,

[...] não seria equivocado tomar o início do governo Vargas como marco histórico, na medida em que a reinserção do desenvolvimentismo no aparelho do Estado, tal como ocorreu, representou um avanço decisivo na consolidação e difusão da concepção de industrialização [...] (BIELSCHOWSKY, 2000 p.316).

Assim, a industrialização foi vista como questão nacional, tendo como um dos marcos da ideologia do nacionalismo econômico a criação da Petrobras, em 1953.

Foi também uma fase de fixação de metas políticas industriais e da aliança com o capital estrangeiro. Vargas se cercou de uma assessoria econômica formada por técnicos nacionalistas, ao mesmo tempo em que se cercou de uma assistência norte-americana como a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, que foi responsável por numerosos projetos em diversas áreas, com uma concepção majoritariamente privatista.

No que diz respeito aos trabalhadores, estava planejada a criação de uma Comissão de Bem-Estar Social, verificada a partir das Mensagens. Nesse caso, cabe observar como foi sendo construída a ideia de bem comum, a partir de um ideário de desenvolvimento econômico. Ou seja, o desenvolvimentismo era apresentado como sinônimo de bem-estar social.

Entretanto, cabe analisar que os discursos carregados com a ideologia do desenvolvimento, deixam escapar, por entre suas lacunas, conflitos existentes entre as classes. Nessa perspectiva, a contribuição de Marilena Chauí é importante,

pois aponta para a análise de que a ideologia tem seu próprio viés interpretativo da realidade, recorrendo a certezas e afirmações inquestionáveis, em prol de um bem comum, tentando sempre apagar diferenças como, sobretudo, as de classes sociais.

As Mensagens analisadas neste trabalho foram importantes, pois a partir delas, foi possível perceber a ideologia desenvolvimentista apresentada durante o governo Vargas, não como um discurso que falseia a realidade, mas como uma das formas com que essa realidade foi apresentada. Pode-se perceber tal “realidade” como resultado da própria ação social dos homens. Não se pretendeu buscar a “verdade absoluta” dos acontecimentos, (mesmo por desconfiar da sua existência), mas a forma pela qual foi apresentada.

Assim, conforme o exposto e o que foi estudado durante o Curso de História, entendemos que a História não é um processo linear, não é uma “constante”. Mas cabe observar, que discursos ideológicos de desenvolvimento do País, figuras de líderes carismáticos e políticas assistencialistas, ainda se fazem presentes na contemporaneidade, ainda que com modificações e novos interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRANDI, Paulo. **Vargas: da vida para a história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfose. Estado e industrialização no Brasil 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DE DECCA, Edgard Salvadori. **1930: O Silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1994
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30. Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos da problematização de discursos do presidente Vargas**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1990
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O Capitalismo em construção 1906-1954**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1999.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930. **CPDOC** Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Publifolha, 2000 (Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
 _____ O Brasil republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964) In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- LEOPOLDI, M. A. **Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da fala. Origens da ideologia do trabalho no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 1999.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

REIS, Elisa P. O Estado Nacional como Ideologia; o caso brasileiro. **Estudos históricos**, 1(2): 187-303,1988.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa- Omega, 1976.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, N. MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G.(orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília, 2ºvol., 8ªed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1995.

VIANA, Márcia Maria D'Ávila. **A Comissão Mista Brasil - Estados Unidos no contexto do II Vargas**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1980.

FONTES

Mensagens – Enviadas ao Congresso Nacional pelo Presidente da República entre os anos de 1951-1954. Disponível no site: [//brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/prestoc.htm), organizado pelo Center for Research Libraries.

- Entrevista - Rômulo de Almeida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), disponível em: www.cpdoc.fgv.br.